

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.665.869 - MG (2020/0038015-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JOSE MAURILIO RODRIGUES LIMA
AGRAVANTE : ADAIL JORGE GUIMARÃES
AGRAVANTE : ADEMIR DA SILVA DOMINGOS
AGRAVANTE : ANA MARIA DE SOUZA
AGRAVANTE : GILMAR GAMARANO
AGRAVANTE : GLÁUCIA NASCIMENTO DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARIA SANDRA FERREIRA DOURADO
AGRAVANTE : MARLENE JOAQUINA RAMALHO
AGRAVANTE : ROZENILDA DAS DORES RODRIGUES LIMA
ADVOGADO : GUSTAVO FONSECA DE CASTRO E OUTRO(S) - MG079985
AGRAVADO : LUCIANA MENDES RAMOS
ADVOGADO : INGRID LORRAYNE MENDES RAMOS DE ARAUJO E OUTRO(S) - MG172603

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ADAIL JORGE GUIMARÃES e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE - LOTE - SENTENÇA CITRA PETITA - CONFIGURAÇÃO - SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ O JULGAMENTO DA AÇÃO DE USUCAPIÃO - DESNECESSIDADE - PROVA DO DOMÍNIO E DA INDIVIDUALIZAÇÃO DO BEM - USUCAPIÃO - POSSE INJUSTA - IMISSÃO NA POSSE MANTIDA.

Incorrendo a sentença em vício de julgamento cifra petita e estando a causa pronta para julgamento, o Tribunal deverá decidir desde logo o mérito, nos termos do art. 1.013, §3º, III, do CPC/2015.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de justiça "não há prejudicialidade externa que justifique a suspensão da demanda possessória até que se julgue a ação de usucapião".

Para a procedência do pedido de imissão na posse, exige-se a prova do domínio, a individualização do bem e a configuração da posse injusta.

Comprovada a propriedade do imóvel e a posse injusta dos atuais possuidores, que não provaram a posse mansa e pacífica do imóvel pelo prazo exigido em lei, impõe-se a procedência do pedido de imissão na posse ajuizado pelos herdeiros do proprietário do imóvel.

Quanto à controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega

violação do art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O direito possessório reivindicado pelas Recorridas refere-se à propriedade de lote urbano inutilizado, por anos, cuja perícia detectou a existência de edificações de barracos para moradia iniciadas há mais de DEZ ANOS; tratando, portanto, de lote esquecido pelos pais das Recorrentes, desprovido de função social.

[...].

As seis famílias residentes no imóvel, cujos Recorrentes constituem simplório, mas exclusivo arrimo, são pobres e desamparadas socialmente, de forma que o direito à propriedade dos Recorridos não poderá prevalecer ao constitucional direito à moradia e dignidade, notadamente em decorrência da indenização a ser prestada pelos possuidores.

[...].

No que tange à boa-fé prevista no § 4º do art. 1228, atinente a "posse ininterrupta e de boa-fé", é necessário destacar e não desconsiderar o fato de que as Recorrentes - famílias atualmente residentes no imóvel - adquiriram as respectivas frações de outros proprietários, e, assim o fizeram acreditando na idoneidade do negócio jurídico.

[...].

De mais a mais, não é crível que várias famílias paupérrimas invistam seus poucos recursos adquiridos com hercúleos esforços, ao longo de uma vida, na aquisição de um bem necessário à Moradia, conscientes de nulidade do ato. Óbvio que o estado de ignorância a respeito de tais riscos prevaleceu entre elas, sobressaltando um estado de confiança - ainda que subjetiva, relativa à estabilidade da situação jurídica. (fls. 756/763).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária **similitude fática** entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido, o STJ fixou que “o conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente